

 <http://dx.doi.org/10.15448/1980-864X.2023.1.45159>

SEÇÃO: TRIBUNA

A fisionomia da crise política brasileira: mapeando um campo de análise

*The physiognomy of the Brazilian political crisis: mapping a field of analysis**La fisonomía de la crisis política brasileña: mapeando un campo de análisis***Américo Freire¹**orcid.org/0000-0002-3039-5360americoogfreire@gmail.com**Recebido em:** 9 ago. 2023.**Aprovado em:** 13 set. 2023.**Publicado em:** 28 nov. 2023.

Resumo: Que crise é essa que corrói o nosso sistema político-institucional e esgarça o tecido social brasileiro? Com o foco nessa velha/nova questão, promoveremos, neste breve ensaio, duas incursões analíticas e historiográficas. Rastreamos, na primeira, a maneira pela qual diferentes autores/autoras têm mobilizado a noção de "crise". Na outra, seguiremos por diagnósticos relativos aos nossos impasses políticos, detendo-nos, em particular, na produção que estuda a conjuntura marcada pelo golpe parlamentar e pelo impeachment. Levantamos, por fim, algumas hipóteses de trabalho para futuras investigações.

Palavras-chave: crise política; impeachment; lacuna hegemônica; conjunturas fluidas; variáveis estruturais.

Abstract: What is this crisis that is corroding our political and institutional system and tearing apart the Brazilian social fabric? With a focus on this old/new question, we will promote, in this brief essay, two analytical and historiographical forays. First, we will trace the way in which different authors have mobilized the notion "crisis". In the other, we will continue with diagnoses relating to our political impasses, focusing in particular on the production that studies the situation marked by the parliamentary coup and impeachment. Finally, we raise some working hypotheses for future investigations.

Keywords: political crisis; impeachment; hegemonic gap; fluid situations; structural variables.

Resumen: ¿Qué es esta crisis que está corroyendo nuestro sistema político e institucional y desgarrando el tejido social brasileño? Centrándonos en esta vieja/nueva cuestión, promoveremos, en este breve ensayo, dos incursiones analíticas e historiográficas. En primer lugar, rastreamos la forma en que distintos autores han movilizado la noción de "crisis". En el otro, continuaremos con los diagnósticos relativos a nuestros impasses políticos, centrándonos en particular en la producción que estudia la situación marcada por el golpe parlamentario y la destitución. Finalmente, planteamos algunas hipótesis de trabajo para futuras investigaciones.

Palabras clave: crisis política; proceso de destitución; brecha hegemónica; situaciones fluidas; variables estructurales.



Artigo está licenciado sob forma de uma licença
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

¹ Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

A fisionomia da crise política brasileira: mapeando um campo de análise²

"Escrever a história significa atribuir aos anos a sua fisionomia", ensinava Walter Benjamin [...]. Atentos à lição do fino ensaísta alemão, cabe-nos perguntar: que fisionomia os historiadores [...] tem atribuído aos anos 50 no Brasil? Mais precisamente: que fisionomia os historiadores brasileiros dos anos 50 atribuíram aos tempos que estavam vivendo?"
(KONDER, 1998, p. 355)

No presente texto, ao tomar de empréstimo a lição de Benjamin e as perguntas de Konder (1998), procuramos levantar algumas questões que possam alimentar o debate a respeito da natureza e da fisionomia da crise que, na última década, vem corroendo o nosso sistema político e institucional e esgarçando o tecido social brasileiro. Para tal, promoveremos, em primeiro lugar, uma breve incursão acerca da noção de "crise" e do seu emprego por diferentes autores/ autoras. Acompanharemos, em seguida, alguns diagnósticos sobre nossos impasses políticos, detendo-nos, em particular, em autores/autoras que têm se dedicado ao estudo da conjuntura marcada pelo golpe parlamentar e pelo *impeachment*. Em razão disso, não iremos avançar em quaisquer análises relativas à turbulenta passagem do poder presidencial no Brasil no começo de 2023 – consubstanciada nos atos golpistas de 8 de janeiro. Levantamos, por fim, algumas hipóteses de trabalho para futuras investigações.

Crise, crises

Gramsci tem sido uma figura frequente e proeminente na produção relativa a esses tempos críticos. Sua conhecida máxima – "O velho está morrendo e o novo não pode nascer. Nesse interregno uma grande variedade de sintomas mórbidos aparece" (GRAMSCI, 1971, p. 275-276) – está consignada em obras de autores de diferentes tendências e abordagens, tais como Nancy Fraser (2020) e Adam Przeworski (2020).

Fraser (2020), em obra recente de divulgação,

cujo título é o mesmo da máxima de Gramsci acima mencionada, trabalha com a noção de "lacuna hegemônica" como sinônimo para crise. E o que ela quer dizer com isso? Segundo a autora, no período histórico que antecedeu a eleição de Trump, fora construído um determinado bloco de poder, por ela intitulado "neoliberalismo progressista" (FRASER, 2020, p. 45), que havia se mostrado capaz de derrotar dois poderosos adversários: a base tradicional do Partido Democrata (sindicatos, imigrantes, classes médias urbanas, empresários industriais) e o que chama de neoliberalismo reacionário – alojado principalmente no Partido Republicano e defensor das finanças, da produção militar e do petróleo e de políticas conservadoras, vocalizando uma agenda anti-imigrante, pró-cristã, se não abertamente racista, patriarcal e homofóbica.

Foi, segundo ela, em meio ao confronto entre os neo-progressistas e os neo-conservadores que Donald Trump reuniu condições para empalmar o poder. Trump, porém, não conseguiu formar um novo bloco de poder e a crise hegemônica permanece. Assim, temos agora e no horizonte o que ela chama, ao lado de Chantal Mouffe (2019), de "momento populista", cuja dinâmica tem sido marcada pela oposição entre o trumpismo e demais experiências nacionalistas de direita e o populismo de esquerda nos moldes de Ernie Sanders, do *Podemos* etc. Para elas, o novo bloco organizado em torno do "populismo de esquerda" pode responder tanto às exigências distributivas quanto à agenda de reconhecimento.

Przeworski (2020), como dissemos, também se pauta na máxima gramsciana para examinar não tanto questões concernentes ao neoliberalismo e seu impulso antidemocrático, mas sim para buscar situar os problemas que têm colocado em xeque a experiência da democracia liberal. Em seu livro recente sobre o tema, intitulado *Crises da Democracia* (2020), o cientista social polonês radicado nos EUA, após expor sua definição ultraminimalista de democracia, "democracia é o sistema no qual os partidos perdem eleições"

² Este trabalho é uma versão modificada da intervenção que proferimos no XIII Congresso Internacional da REFAT (outubro/2022) sob o título "Dimensões da crise política brasileira". A pesquisa para a elaboração deste texto conta com o apoio do CNPq e da FAPERJ.

(PRZEWORSKI, 1994, p. 25), oferece ao leitor algumas reflexões em torno da crise, ou melhor, das crises que se colocam para a democracia liberal. O autor, em contraste às previsões de Fraser (2020) e de Mouffe (2019), apresenta-nos um olhar mais cético sobre o que temos e temos pela frente.

Crise, para ele, diz respeito à situação na qual o *status quo* é insustentável e nada ainda o substituiu. Para ele, crise significa decisão – e demanda de decisão. De forma genérica, dada a natureza do livro, faz menção à variedade do fenômeno – das crises que se esgotam com relativa rapidez e das que se arrastam de maneira indefinida, daí apresentando todos os seus "sintomas mórbidos", conforme os termos Gramsci (PRZEWORSKI, 2020, p. 34). Cremos que temos aqui, sem maiores exageros, um bom retrato do que estamos vivendo no Brasil na última década. Morbidez é um termo deveras adequado para a atmosfera brasileira...

Sobre as crises mais duradouras, Przeworski (2020, p. 35) eleva o tom dessa maneira:

Crises, portanto, são situações em que a condição sob as instituições vigentes é uma espécie de desastre [iminentel]: nenhuma mudança ocorre, mas poderia acontecer. É isso que vamos examinar adiante: se a situação atual é, de certa forma, ameaçadora e se há sinais de que de que instituições representativas tradicionais estejam sendo afetadas.

E segue, então, na crise/desastre, como referenciado por Habermas e Juan Linz:

Quando essas situações se prolongam por muito tempo, a ordem pública entra em colapso, a vida cotidiana fica paralisada e a violência tende a crescer. Essas crises tornam-se mortais quando a concepção das instituições democráticas gera impasses institucionais, como na República de Weimar ou no Chile sob a o presidente Allende (PRZEWORSKI, 2020, p. 27).

Feito esse enquadramento geral, o autor se dedica ao tema da vez: o avançar da subversão das instituições e normas democráticas, dando margem a regimes híbridos por vezes designados como "autoritarismo competitivo" ou mesmo "democracia iliberal". O ponto aqui é o que chama de "subversão sub-reptícia da democracia por

meio do 'uso de mecanismos legais que existem em regimes com credenciais favoráveis para fins antidemocráticos'" (PRZEWORSKI, 2020, p. 39).

Michel Dobry (2014), sociólogo francês, tem sido outra referência obrigatória para vários estudos que tratam da crise política brasileira da última década. Dois desses estudos se destacam: o de autoria de Brasília Sallum Júnior (2016), cientista político da USP, que tem apresentado trabalhos seminiais em torno do *impeachment* de Fernando Collor, e outro da lavra de Felipe Maia Silva (2020), sociólogo da UFJF, que examina a conjuntura que cobre o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff à eleição de Bolsonaro.

O esquema analítico de Dobry (2014), segundo Sallum (2016), comporta os seguintes aspectos:

- 1) As crises políticas não seriam patologias a expressar aspectos mórbidos, como acima apontado. O que há, segundo ele, são mudanças de estado – padrões distintos de relações sociais – entre conjunturas rotineiras e as de crise;
- 2) Dobry (2014) assinala que as sociedades complexas são compostas por vários setores, entre eles o político, que possuem, cada qual, uma lógica de funcionamento específica ancorada historicamente. Os diversos setores mantêm entre si fronteiras e hierarquias.
- 3) Os agentes atuam e interagem no âmbito desses setores segundo regras oficiais ou pragmáticas reconhecidas. Portanto, temos disputas, tensão, competição, mas há "regras do jogo" estabelecidas.
- 4) As conjunturas rotineiras seriam aquelas em que os setores funcionam conforme o estabelecido na lei ou na prática – havendo o que chama de fechamento do espaço de referência. Sair dessa situação para os participantes implica em severa penalização.
- 5) As conjunturas críticas ou fluidas, para o autor, seriam fruto do que chama "mobilizações multissetoriais" –, aquelas nas quais diversos setores mobilizam recursos para atuar no setor político ou

os que atuam nele se valem de recursos do "espaço externo" para usar nas suas disputas. A perda de autonomia do setor teria como resultado o que chama de conjunturas fluidas – nas quais são perdidas ou suspensas as referências que são utilizadas em tempos de rotina.

6) A situação crítica é mantida até que os agentes em disputam encontrem uma "saída" para instaurar um novo regime. No caso em tela, o encaminhamento institucional foi o *impeachment*. Nos dias de hoje, é possível que seja o voto popular. A conferir como irá se processar o terceiro governo Lula.

Sallum Júnior (2016) faz uma análise detida do *impeachment* mobilizando o repertório de Dobry (2014) e de outros autores, entre os quais o próprio Gramsci. Não há como, aqui, nos deter em sua análise, mas não posso deixar de mencionar um aspecto por ele destacado que diz respeito a um determinado fator que pode servir de rastilho para a abertura de uma conjuntura crítica – é o que chama, baseado em William Sewell, de "evento transformador" –, ou seja, aquele que produz uma mudança significativa nas relações sociais em certo contexto histórico particular (SALLUM JÚNIOR, 2016, p. 197).

Dois deles, para Sallum Júnior (2016), teriam cumprido esse papel na dinâmica da crise do *impeachment* do presidente Collor, a saber: a entrevista a uma revista semanal de um auxiliar do presidente na qual ele denunciou conexões financeiras entre o indiciado PC Farias (ex-tesoureiro da campanha de Collor) e o presidente. A partir daí, houve uma mobilização multissetorial que embaralhou todo o jogo – abrindo espaço para a liderança oposicionista no Congresso. Outro acontecimento transformador foi o "Domingo Negro" – quando as ruas foram tomadas de luto pelos movimentos sociais favoráveis ao *impeachment*.

Felipe Maia Silva (2020), também referenciado por Dobry, propõe o seguinte quadro analítico com vistas a estudar a dinâmica da crise política brasileira entre os anos de 2015 e 2018, ou seja, entre o avanço da Lava Jato sobre Lula e a eleição

de Bolsonaro.

1) Crise, para Silva (2020, p. 86), está associada à ideia de quebra de rotina. E o que isso significa? Rotina, para ele, pressupõe "sequências mais ou menos previsíveis, regras que são tidas como garantidas e que facilitam o cálculo estratégico dos atores, incluída aí a avaliação de seus recursos e de suas possibilidades". A quebra de rotina, portanto, está exatamente relacionada com momentos de forte incerteza e de maior contingência.

2) As crises se expressam em "conjunturas fluidas". Nelas, as lógicas setoriais deixam de organizar o cálculo dos atores. É como o sistema perdesse sua autorreferência e se tornasse mais sensível ao "ambiente" (SILVA, 2020, p. 87).

3) É nesse quadro que se dá a sensação de "perda de controle" sobre os eventos e a dificuldade de "interpretar a situação". E o que temos é uma "insegurança" acerca do significado e do alcance da crise. Nesse contexto, há uma disputa em torno do significado do que se considera aquele fenômeno – o que faz com que ela – a crise – seja acionada como um "conceito de combate", conforme registra Koselleck (1999, p. 147-150).

4) Silva (2020) aponta ainda para dois aspectos conjugados em suas reflexões em torno do conceito de crise – a temporalidade e o que chama de "desencaixe" entre o deflagrar da crise e seu encaminhamento. Silva (2020, p. 88), com base em David Ruciman – autor de *Como a democracia chega ao fim* (2018) –, assinala que as crises, em regimes democráticos, possuem uma temporalidade própria, "refratária a transformações revolucionárias ou a escolhas disruptivas fundamentais", sendo marcadas pela improvisação, pela contingência, por certa experimentação. Nessas situações, o importante, para o autor, é que haja o desenvolvimento de uma certa reflexividade que faça com que "a comunicação pública em torno da crise contribua para fornecer algum sentido para as experiências institu-

cionais e para o comportamento dos atores. Quando não ocorre, alerta "as crises podem ganhar outro andamento, nem sempre favorável à democratização política".

5) Por fim, o desencaixe se dá quando a não simultaneidade entre o tempo da crise e o tempo das eleições tende a agravar e prolongar a dinâmica da crise – e foi exatamente o que se deu no Brasil.

6) Em suma: os três elementos que compõem a crise política para Dobry – perda de autonomia do sistema político; mobilizações multissetoriais; e definições múltiplas e não congruentes da conjuntura estariam devidamente presentes na crise política brasileira, segundo Silva. Aos três, ele acrescenta a questão do desencaixe temporal entre a deflagração da crise e seu desfecho ou encaminhamento.

7) Em seu estudo, Silva (2020) faz uma interessante comparação entre o *impeachment* de 1992 e a crise da década de 2010 e se prolonga pelos dias de hoje. Segundo ele, enquanto no *impeachment* de Collor tivemos uma crise institucional que logo veio a ser enquadrada pelos atores tendo em vista assegurar a rotina decisória e institucional, na crise em tela houve uma perda muito mais significativa do sistema político, acarretando problemas de legitimação mais profundos que se expressaram na queda da aprovação dos governantes, no declínio de partidos então dominantes no cenário político, assim como na ampla taxa de renovação no Parlamento.

8) Para tal, chama atenção para o protagonismo assumido por instituições externas ao sistema político, em especial o STF e a Operação Lava Jato. Tal intervenção, muitas vezes, veio baseada em uma lógica salvacionista que tinha como objetivo depurar todo o sistema. A avalanche desencadeada pela Lava Jato, em especial, colocou o sistema em suspensão e sob suspeição (SILVA, 2020).

9) Silva (2020) aponta ainda outro aspecto em sua análise sobre essa conjuntura crítica. Segundo ele, a falta de respostas mais efetivas e rápidas do sistema para enfrentar e encaminhar a crise deu margem a proposições que enxergam a crise como um "estado de exceção" que, por si, justificaria escolhas e procedimentos que não seriam possíveis em outros momentos (SILVA, 2020, p. 97). Assim, o campo mostra-se fértil para investidas de movimentos autoritários contra as instituições democráticas, ainda que por meio de procedimentos eleitorais, "reinterpretados em consonância com concepções fortemente majoritárias e não pluralistas de democracia, que poderíamos chamar de 'liberais', tais como Rosanvallon as designa" (SILVA, 2020, p. 97).

Feito esse breve levantamento, cabe, por ora, fixarmos dois pontos para futuras investidas de análise. O primeiro: a recuperação de proposições de Gramsci, por parte de diferentes aurores, parece-nos que deve ser vista em uma perspectiva mais ampla e que pode ser associada à insuficiência de abordagens de cunho institucionalista que tendem a enxergar a crise tão somente pelo viés do desarranjo institucional. O pensador italiano, como sabemos, oferece instrumentais analíticos mais amplos que nos permitem enxergar fenômenos político-sociais de maior profundidade. É o que autores, por sinal, têm feito quando associam à crise termos fortes tais como "subversão" do quadro institucional, "destruição", "desconhecimento", "esgotamento" ou mesmo "ruptura" – título de recente obra de Manuel Castells (2018).

Segundo ponto: Dobry (2014), como bem nos mostram Sallum (2016) e Silva (2020), opera com outros referenciais para construir seu modelo de "crise política". Para ele, a crise, longe de ser um fenômeno anormal, mórbido, deve ser examinada como uma derivação da situação regular, um determinado desarranjo que faz com que os atores políticos, em certas conjunturas, percam o controle dos acontecimentos. Assim, são mobilizados termos como "fluidez", "ambiente externo", perda

de referências ou mesmo “desencaixe temporal”. A crise, assim, reverte-se de um certo regramento e pode – e deve – ser superada.

Tratemos, pois, de seguir adiante para acompanhar as proposições de outros intérpretes da crise política brasileira consubstanciada no *impeachment* de 2016.

Intérpretes da crise brasileira

Como afirmamos acima, tem sido febril a produção acadêmica, marcadamente ensaística, que tem tratado de examinar a crise em suas várias dimensões. Todos nós, na prática, estamos escrevendo com o carro em movimento por uma estrada e uma direção desconhecidas. Com vistas a ordenar essa produção, cremos que um bom ponto de partida foi o adotado pelo antropólogo Ronaldo de Almeida (2019) em seu texto seminal intitulado *Bolsonaro presidente: conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira*. Nele, Almeida propõe como método “fatiar a crise” em três “tabuleiros” ou “arenas de interação social”. Vejamos.

O primeiro tabuleiro ou arena é o da interação política, o qual compreende os sistemas político e jurídico. Nesse caso, a crise se expressa na deslegitimação da representação política e no protagonismo do Judiciário sob as vestes de um “Poder Moderador”. A segunda arena refere-se ao plano das mobilizações das ruas e das redes sociais digitais. E, por fim, a terceira é o nível da casa, da família e dos laços vicinais e do trabalho, em suma, o do plano das interações interpessoais.

Por ora, seguindo o método de Almeida (2019), fiquemos com trabalhos que tratam de questões relativas ao que chama de “interação política”. Serão sumariadas proposições de três autores. São eles: Marcos Nobre (2018), filósofo político da Unicamp, Leonardo Avritzer (2016), cientista político da UFMG, e Rodrigo Patto Sá Motta (2018), historiador da UFMG. Vejamos.

Marcos Nobre (2013, 2016) recua aos anos de 1980 para examinar as bases das nossas mazelas políticas. Segundo ele, os grupos dirigentes de então, tendo em vista lidar com um quadro político marcado pela extrema fragmentação política, forjaram o que chama de “peemedebismo”

– um sistema de megacoalizações que opera no sentido de amortecer os conflitos no âmbito do Congresso e do próprio governo. Essa situação, segundo ele, coloca os problemas – as disputas, os conflitos – para baixo do tapete.

“Peemedebismo”, para Nobre (2013), é estar no governo, seja qual for o governo e seja qual o partido a que pertença, como parte de um condomínio de poder organizado sob a forma de um superbloco parlamentar. A depender do espaço obtido nas eleições, segundo ele, o grupo organizado ganha a prerrogativa de vetar iniciativas que lhes sejam contrárias.

O “peemedebismo”, em suma, seria uma aliança hegemônica para defesa de interesses associada a um sistema seletivo de vetos. O resultado principal desse fenômeno, segundo o autor, consiste em travar no sistema político os anseios de mudanças que adviriam da sociedade. Um dique – um anteparo – do sistema político. Nobre explora em detalhes essas questões em seu livro cujo título é significativo – *Imobilismo em movimento* (2013).

Nobre opera com essa noção global quando estabelece conexões entre as manifestações de protesto de 2013 – vistas por ele como resposta à blindagem do sistema político norteador e capturado pelo peemedebismo –; o afastamento de Dilma Rousseff da presidência da República e o advento do governo Temer.

Duas teriam sido, segundo o autor, as principais razões que explicam o *impeachment* de Dilma. Uma delas disse respeito ao fato dos partidos da megacoalização não mais disporem de acesso efetivo e livre aos fundos públicos. Ou seja, a presidente teria estabelecido algum tipo de anteparo a isso. E, em segundo lugar, o governo não mais oferecia proteção contra as investidas da Justiça, ou seja, da Operação Lava Jato. Para ele, o ponto de inflexão foi a prisão de Delcídio Amaral – senador em pleno mandato e líder do governo no Congresso. Estava claro que o governo não mais controlava nada. Daí a ação político-parlamentar de fundo golpista como uma resposta do sistema peemedebista a esse descontrole. A assunção de Temer ao poder de-

veria colocar as coisas em seus devidos lugares. A ele caberia o papel de restaurar o modelo de funcionamento de um sistema que, para Nobre (2016), já caducara.

E Bolsonaro? Para o autor, coube ao candidato do PSL, pela direita, romper a lógica peemedebista que deu norte aos governos da Nova República. Nobre é peremptório: "Bolsonaro foi o candidato do colapso e precisa dele para sobreviver" (BETIM, 2018). Para ele, as instituições estão funcionando de maneira disfuncional e foi exatamente isso que elegeu Bolsonaro. E é também isso o que pode mantê-lo no poder (NOBRE, 2018).

Recentemente, em seu novo livro, Nobre (2022) modula seu argumento em relação a Bolsonaro. Registra que, a par dessa face antissistema e destrutiva, houve, por parte do governo, um movimento no sentido de incorporar parte significativa do sistema como estudo de proteção a algum eventual pedido de *impeachment* (por sinal, foram centenas deles, devidamente engavetados). Daí a aliança com o chamado Centrão, consubstanciada na eleição de Artur Lira, atual presidente da Câmara dos Deputados. Nobre, assim, apresenta a ideia de pensar na existência do que chama de pemedebismo bolsonarista capitaneado pela extrema-direita no qual, além de colocar em risco o regime democrático, também desnuda ao máximo os mecanismos pemedebistas. Diz ele:

Como a tática antissistema de Bolsonaro tem como efeito entregar diretamente ao Legislativo recursos e liberdade para tratar de tudo o que não diga respeito à sua base de apoio, é muito larga a margem de ação do Congresso. Sobretudo sob a cobertura de mecanismos como o orçamento secreto, mecanismo mais próximo de uma ordem ditatorial que se pode ter em uma democracia, sinal de uma democracia já em estágio avançado de decomposição" (NOBRE, 2022, p. 190).

Leonardo Avritzer, em *Impasses da democracia no Brasil* (2016), opera com outro quadro analítico. Avritzer (2016, p. 27), em diálogo com Nobre (2013), critica o uso da noção "peemedebismo" por considerá-la incapaz de perceber a dialética de continuidades e descontinuidades que marcaram o nosso processo de democratização. Isso porque, para ele, Nobre, "explica melhor os

entraves à democracia do que seus sucessos, que são entendidos como concessão ao peemedebismo, em vez de serem compreendidos como parte de projetos políticos hegemônicos que conseguiram diversas vezes impor novos rumos à política brasileira". Portanto, para o autor, a chave explicativa é outra, a qual poderia esquematicamente assim ser resumida: a democracia tem avançado e as turbulências e o impasse atual estão relacionados ao crescimento e à evolução da cultura democrática no país.

Cinco são os pontos, segundo Avritzer (2016), que expressariam esse impasse: a crescente deslegitimação dos mecanismos que conformam o nosso presidencialismo de coalizão, entre os quais a formação de governo e a política de alianças; os limites da participação popular na política, que cresceu desde os anos 90, mas mostrou-se frágil frente às estruturas tradicionais de representação; os paradoxos do combate à corrupção, os quais terminam por deslegitimar ainda mais o sistema político; a perda de status das camadas médias *pari passu* à queda da desigualdade; e, por fim, o novo papel do Judiciário na política.

No livro, publicado em meados de 2016, Avritzer destrincha esses cinco elementos e conclui que se faz necessário e urgente que a democracia lide rapidamente com esses problemas para que não haja um colapso do projeto de esquerda que governava o país. Como sabemos: não houve tempo, o governo foi derrubado, abrindo-se um novo ciclo político que colocou em xeque o projeto hegemônico da esquerda brasileira.

Dos vários aspectos apontados por Avritzer (2016) com vistas a compreender a avalanche dos últimos tempos, a qual ele elegantemente denomina "impasses", há um deles particularmente sensível quando se projeta a necessária reconstrução das esquerdas depois disso tudo. Diz respeito a um tema afeito à produção acadêmica do autor: o da participação popular e das políticas participativas – uma das marcas dos governos petistas. Para ele, um dado importante do nosso processo de democratização foi a participação popular que se fez tanto pela via institucionalizada, seja em nível local, como nos

orçamentos participativos, seja em nível nacional – nas diversas conferências setoriais (educação, questões urbanas, mulheres) como pela via não institucionalizada (campanhas, movimentos como o MST) etc. Para o autor, o saldo disso tudo foi positivo, fazendo com que tivesse aumentado a porosidade entre os sistemas sociais e os atores sociais.

Em 2007, registra Avritzer (2016), o governo petista abriu um ciclo importante de obras de infraestrutura organizado no chamado PAC (aeroportos, hidrelétricas, mobilidade urbana) que não veio acompanhado por um investimento no campo da participação popular. Dois problemas decorreram daí: a sistemática violação de direitos e a alta incidência da corrupção nas conhecidas relações promíscuas entre poderes públicos e empreiteiras.

Esse quadro de tensão e de dissociação entre governo e segmentos dos movimentos sociais tomou corpo quando houve a aprovação e aplicação de uma legislação excepcional para a Copa do Mundo, que passou por cima do Estatuto da Cidade, atingindo em cheio os direitos de populações de baixa renda. Cada vez mais a estratégia de cunho desenvolvimentista e de acomodação aos interesses dominantes – econômicos e políticos – se sobrepôs à lógica da participação e dos movimentos sociais.

O resultado disso, para Avritzer (2016), foi a ruptura do campo participativo no Brasil, bem como a pluralização e posterior polarização das formas de mobilização social no país. No decorrer das jornadas de junho de 2013, na esteira da divisão das esquerdas, abriu-se o campo para a atuação dos setores conservadores – hibernados das ruas desde 1964. Contando com aval e o apoio da grande mídia e valendo-se da bandeira da corrupção e da defesa patriótica, esses últimos setores partiram para a ofensiva. O resto dessa história nós bem sabemos.

Avritzer (2019), recentemente, tem avançado em suas análises para além de questões conjunturais, partindo do pressuposto de que nossa experiência democrática, até então vista como consolidada, anda muito mal das pernas.

Segundo ele, a história política brasileira tem sido marcada por uma lógica pendular em que momentos de democratização se seguem a intervenções autoritárias tais como a que temos vivenciado nos últimos tempos. Para ele, o foco do problema está na oligarquização do nosso sistema de justiça em geral, e do Poder Judiciário em particular, o qual nunca teria contribuído para estabelecer uma tradição em torno da defesa dos direitos civis da população brasileira. Essas e outras questões estão presentes em *O pêndulo da democracia* (2019).

Rodrigo Patto Sá Motta, em *A crise do Brasil e o lugar da História* (2018), chama atenção também para a importância de variáveis estruturais com vistas a melhor compreender a dinâmica da crise brasileira. Segundo ele,

[...] importa levar em conta as tradições culturais não apenas para entender sua incidência na crise, mas, para perceber as dificuldades a serem vencidas pelos projetos voltados à transformação social e, com isso, pensar melhores estratégias para o futuro (MOTTA, 2018, p. 6).

Mas quais seriam essas tradições culturais que estariam presentes na cultura política brasileira? São elas: o patrimonialismo, a cordialidade, o personalismo, a flexibilidade, a ojeriza ao conflito e a busca da integração e a conciliação/acomodação. Esse conjunto de características teria resultado na desconfiança às instituições, no apego a líderes carismáticos, assim como na frágil adesão aos partidos e um baixo nível de participação política dos cidadãos. Motta sublinha que o tema da conciliação/acomodação pode ser visto como central da cultura política brasileira e mais: que o projeto de poder do PT e do lulismo não foi capaz de interpelá-lo. Pelo contrário, foi por meio dele que levou adiante seu projeto de reformismo fraco, segundo sugere André Singer (2012) em *Sentidos do Lulismo*.

Motta (2018) não viu essa estratégia do PT como inteiramente negativa. Para ele, a acomodação pode também propiciar, como foi o caso, mudanças ainda que lentas. Para ele, o problema maior, além da lentidão nas mudanças sociais, é que os compromissos implicam arranjos parado-

xais. "É mudança com conservação ao mesmo tempo. O pior aspecto desse arranjo [político] e origem da crise que engoliu o governo petista, foi a falta de uma estratégia do PT para mudar o sistema político" (MOTTA, 2018, p. 10).

Motta (2018) aponta outros erros por parte do PT – tais como o afastamento do partido aos movimentos sociais – mas também afirma que o *impeachment* e o fim da era petista também estão relacionados com seus acertos. Quanto à crise do *impeachment*, Motta lista os seguintes fatores: crise econômica, ascensão da direita, campanha anticorrupção da Lava Jato e o declínio do projeto petista que foi abandonado pelas elites econômicas que o haviam apoiado.

A fisionomia da crise: perspectivas de análise

Retomemos, para concluir, o foco nas duas questões que serviram de roteiro para o presente trabalho. A primeira delas consistiu em examinar a maneira pela qual parte da literatura política tem operado com a noção "crise". No caso, interessava-nos verificar o que diziam a respeito da crise geral da democracia liberal e dos processos que resultaram no *impeachment* no Brasil. Como se pode observar, temos um arsenal analítico que, a grosso modo, pode ser dividido entre os que colocam cores fortes na profundidade da crise ora em curso e os que optam por se utilizar de instrumentos de tendem a ver a crise política como derivação da "situação normal", cuja marca são a rotina e o equilíbrio. Temos, portanto, uma "lógica própria" da e na crise.

A segunda questão, correlata à primeira, trata dos traços fundamentais da fisionomia da crise brasileira, lembrando que aqui a circunscrevemos na conjuntura do *impeachment*. Ao ler as proposições dos três autores aqui selecionados, é possível perceber que a produção ensaística sobre o tema vem ganhando novos contornos quando, por exemplo, é possível verificar a maneira pela qual autores como Nobre (2022) e Avritzer (2019), em seus novos trabalhos, seguindo a indicação de Motta (2018), têm tratado de levantar hipóteses de cunho estrutural com vistas a melhor

situar nossa conjuntura crítica. A esse respeito, há de se levar em conta, entre outras razões, o prolongamento dessa crise que, até o momento, não vislumbra paradeiro. Talvez, fosse o caso de pensar que o temos não se trata de algo como "uma conjuntura fluida" ou uma situação "atípica", mas sim que estaríamos em meio a transformações sociopolíticas mais largas que atingem direta e frontalmente o modelo democrático que foi desenhado na Constituição de 1988.

Referências

- ALMEIDA, Ronaldo de. Bolsonaro presidente: conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 185-213, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.25091/S01013300201900010010>. Acesso em: 15 nov. 2023.
- AVRITZER, Leonardo. *Impasses da democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- AVRITZER, Leonardo. *O pêndulo da democracia*. São Paulo: Todavia, 2019.
- BETIM, Felipe. Marcos Nobre: "Bolsonaro foi o candidato do colapso e precisa dele para se manter no poder". *El país, [s.l.]*, 19 nov. 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/11/14/politica/1542228843_630245.html. Acesso em: 15 nov. 2023.
- CASTELLS, Manuel. *Ruptura: a crise da democracia liberal*. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.
- DOBRY, Michel. *Sociologia das crises políticas*. São Paulo: Ed. UNESP, 2014.
- FRASER, Nancy. *O velho está morrendo e o novo não pode nascer*. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.
- GRAMSCI, Antonio. *Selections of the Prison Notebooks*. New York: International Publishers, 1971.
- KONDER, Leandro. História dos intelectuais nos anos 50. In: FREITAS, Marco Cezar de. *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2000. p. 355-374.
- KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e crise*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *A crise do Brasil e o lugar da História*. 2018. Disponível em: https://www.academia.edu/26586762/A_crise_do_Brasil_e_o_lugar_da_historia. Acesso em: 10 maio 2023.
- MOUFFE, Chantal. *Por um populismo de esquerda*. São Paulo: Autonomia Literária, 2019.
- NOBRE, Marcos. *Imobilismo em movimento*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- NOBRE, Marcos. A revolta conservadora. *Piauí, [s.l.]*, v. 147, 2018. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/a-revolta-conservadora/>. Acesso em: 15 abr. 2023.

NOBRE, Marcos. *Limites da Democracia*. São Paulo: Todavia, 2022.

PRZEWORSKI, Adam. *Crises da democracia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

PRZEWORSKI, Adam. *Democracia e mercado no Leste Europeu e na América Latina*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

RUCIMAN, David. *Como a democracia chega ao fim*. São Paulo: Todavia, 2018.

SALLUM JÚNIOR, Brasília. Crise política e impeachment. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 183-203, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.25091/S0101-3300201600020010>. Acesso em: 15 nov. 2023.

SINGER, André. *Os sentidos do lulismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SILVA, Felipe Maia G. da. A dinâmica da crise política no Brasil (2015-2018): um ensaio de interpretação. In: PERLATTO, Fernando; DULCI, João; CHALOUN, Jorge (org.). *A Nova República em crise*. Curitiba: Appris, 2020. p. 83-106.

Américo Freire

Doutor em História Social pela UFRJ. Professor titular do CPDOC da FGV. Pesquisador do CNPq e da FAPERJ. Pesquisa História Política, História dos Intelectuais, História do Brasil Contemporâneo e História Luso-Brasileira. Últimas publicações: *Democracia brasileira em foco: historiografia, atores e proposições* (Saga, 2020), *Religião e democracia: desafios contemporâneos* (coletânea coordenada com Deivison Amaral e Evanize Sydow, Alameda, 2002).

Endereço para correspondência

AMÉRICO FREIRE

Rua Joaquim Nabuco, n. 43, ap. 92

Copacabana, 22080-030

Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Os textos deste artigo foram revisados pela Texto Certo Assessoria Linguística e submetidos para validação dos autores antes da publicação.